Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Marcopolo S.A. (a "Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA.

A comercialização é efetuada no mercado interno brasileiro e no exterior através de suas controladas (em conjunto com a Marcopolo, a "Companhia").

A emissão das demonstrações financeiras da Marcopolo S.A. e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pelo conselho de administração em 23 de fevereiro de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Marcopolo no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standarts Board*.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Marcopolo. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BRGAAP Antigo) e CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 31.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras individuais da controladora apresentadas de acordo com CPCs 15 a 43 pela Marcopolo. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e CPCs aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 31.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.12).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Investimentos em empresas com controle compartilhado (joint ventures)

Empresas com controle compartilhado (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Portanto as demonstrações financeiras das empresas com controle compartilhado são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

(iii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.13 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora, com exceção daqueles demonstrados na Nota 31. No caso da Marcopolo S.A. as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo, e pela manutenção do saldo de ativo diferido registrado em controlada em conjunto (e refletido na rubrica de investimentos) existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

	Controladas	Denominação	Moeda Funcional	País
	Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
	Brasa Middle East FZE.	Brasa	Dirham	Emirados Árabes
	Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
		Ilmot	Dólar	Uruguai
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Laureano	Peso Argentino	Argentina
	Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
•		MAC	Remimbi	China
		MPC	Euro	Portugal
•	^	MIC	Dólar	Ilhas Virgens
•		MIC UY	Dólar	Uruguai
		Mapla	Peso Argentino	Argentina
	ar in a salice on the	Masa	Rand	África do Sul
		Trading	Reais	Brasil
		Moneo	Reais	Brasil
•		Syncroparts	Reais	Brasil
•				
•		PoloRus	Rubro	Rússia Brasil
•	Polo Serviços em Plásticos Ltda.	Polo Serviços	Reais Dólar	
•	1 010111011 01111 010 01111	Polomex		México
•	1 oropidot componentes curi de civi	Poloplast	Peso Mexicano	México
•	Fundo de Investimentos Paradiso Multimercado	Fundo Paradiso	Reais	Brasil
	Controladas em conjunto	Denominação	Moeda Funcional	País
	controlladas em conjunto	<u> Denominação</u>	Mocda i diferenti	
	GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
	Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
	Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
	Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
	Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil
•	San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
•				
•	San Marino Ônibus e Implementos Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
•	Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
•	Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rupia	Índia
	Coligadas	Denominação	Moeda Funcional	País
	2000	1000		.
•	MVC Componentes Plásticos Ltda.	MVC	Reais	Brasil
•	Poloplast Painéis e Componentes Ltda.	Painéis	Reais	Brasil
•	Spheros Climatização do Brasil S.A.	Spheros	Reais	Brasil
•	Spheros México S.A. de C.V.	Spheros México	Peso Mexicano	México
•	Spheros Thermosystems Colombia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
•	WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	Wsul	Reais	Brasil

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas à moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

(c) Empresas da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas e controladas em conjunto incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- (iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis, incluindo as relações interfinanceiras, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e outras contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros receitas (despesas) operacionais, líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.8.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou a Companhia de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques incluem gastos incorridos nas aquisições, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação, alocadas com base na capacidade normal de operação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração ao seu valor recuperável.

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

10 de 65 G:\DEZ\MARCOP10.DEZ

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

São avaliados ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Gastos decorrentes de reposição de um componente a um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- o software pode ser vendido ou usado;
- o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Marcopolo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas na Nota 17.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e outros compromissos atuariais são reconhecidos no resultado abrangente do exercício.

2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em considerações o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de venda.

(a) Venda de ônibus

As vendas dos ônibus são reconhecidas sempre que se efetua a entrega dos carros para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o produto adquirido e não há nenhuma obrigação não satisfeita que pudesse afetar a aceitação desses produtos. O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impaiment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

. IFRS 9 "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia está atualmente avaliando seus sistemas para captar as informações necessárias. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

. "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia aplicará a norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2011.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subseqüentes. Entretanto, não são relevantes para as operações da Companhia:

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2010.

Tópico	Exigências chaves	Data da entrada em vigor
Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (funding) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2011

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aprimoramentos ao IFRS em 2010:

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que sejam indicados de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

Tópico

Exigências chaves

Data da entrada em vigor

IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"

(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção

Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.

Aplicado prospectivamente.

(b) Base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost)

Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição.

As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.

(c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos)

As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma Aplicado prospectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tópico

Exigências chaves

Data da entrada em vigor

IFRS 3 - "Combinações de Negócios"

(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado.

base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para *impairment* de acordo com

o IAS 36 na data da transição.

Esclarece que as alterações ao IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Divulgações",
IAS 32 - "Instrumentos Financeiros:
Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos
Financeiros: Reconhecimento e
Mensuração", que eliminam a isenção da
contraprestação contingente, não se
aplicam à contraprestação contingente que
surgiu de combinações de negócios cujas
datas de aquisição precedem a aplicação do
IFRS 3 (como revisado em 2008).

Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicada retroativamente.

(b) Mensuração de participações não controladoras

A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.

Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente, a partir da data em que a entidade aplicar o IFRS 3.

(c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente

A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.

Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tópico	Exigências chaves	Data da entrada em vigor
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em <i>Joint Ventures</i> ", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: . circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; . transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; . mudanças na classificação dos ativos financeiros; e . mudanças nos passivos e ativos contingentes.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1º de janeiro de 2011

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

(c) Beneficios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente;
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações, pois os seus passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

		31 de	dezembro 2010
Contas a receber	Fornecedores	<u>Empréstimos</u>	Forwards(*)
212.216	22 -26		220 222
			208.323
9.614	3.335	3.723	
8.870	25.890	18.983	
8.878	13.730		12.958
456	814		, ,
1.210	13.500		
5.900	6.777	21.235	
3.486	267	3.025	
248.630	103.909	124.437	221.281
	210.216 9.614 8.870 8.878 456 1.210 5.900 3.486	receber Fornecedores 210.216 39.596 9.614 3.335 8.870 25.890 8.878 13.730 456 814 1.210 13.500 5.900 6.777 3.486 267	Contas a receber Fornecedores Empréstimos 210.216 39.596 77.471 9.614 3.335 3.723 8.870 25.890 18.983 8.878 13.730 456 456 814 1.210 1.210 13.500 5.900 5.900 6.777 21.235 3.486 267 3.025

31 de dezembro 2009

at de dezembre acto

	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards(*)
Moedas				
Dólares americanos	182.388	77.521	139.551	134.143
Pesos argentinos	5.761	1.865	336	
Rúpias indianas	7.854	29.202	27.997	
Randes sul-africanos	35.844	9.132	26.062	104.644
Euros	3.340	1.072	14.283	
Libra egípcia	6.252	20.544		
Pesos colombianos	6.314	5.081	19.139	
	247.753	144.417	227.368	238.787

^(*) Os contratos de *forwards* indicados acima referem-se a posição vendida de dólares norte americanos para as operações no Brasil e posição comprada de dólares norte americanos para as operações na África do Sul, cuja moeda funcional é o rande sulafricano.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 18,6% das receitas previstas para 2011, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 40% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 31.981 (controladora) e R\$ 51.744 (consolidado) em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 27.045 e R\$ 50.639 em 31 de dezembro de 2009) representativos de 7,1% e 4,0%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e consolidado em aberto (6,3% e 4,4% em 31 de dezembro de 2009), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2010	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores	267.412 788 306.901	527.147	521.164	46.128
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores	372.898 6.906 204.920	203.132	645.898	17.126

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		12,25	15,31	18,38
TJLP - %		6,25	7,81	9,38
Taxa cambial - US\$		1,75	2,19	2,63
LIBOR - %		1,00	1,25	1,50
Custo do ACC deságio - %		2,50	3,12	3,75
	Aplicações financeiras	88.367	110.459	132.550
	Relações interfinanceiras	106.521	128.282	150.043
	Empréstimos e financiamentos	(111.150)	(146.427)	(181.775)
	Forwards	(7.820)	(59.143)	(110.465)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	8.667	53.745	98.823
		84.585	86.916	89.176

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos controladores e benefícios para demais acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced*

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Score Card) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com freqüência. As ferramentas relacionados aos objetivos são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Divida líquida/EBITDA e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC Dívida Líquida/EBITDA Relação Dívida/Patrimônio Líquido entre 8% - 12% a.a. entre 1,50x e 2,50x entre 25%-75%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010:

Em 31 de dezembro de 2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos Ativos financeiros ao valor justo por meio de lucro ou prejuízo - Fundo de investimento renda fixa - Derivativos para negociação		40.424 13.668		40.424 13.668
Ativos disponíveis para venda - Certificados de depósitos bancários		128.096		128.096
		182.188		182.188
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivos Passivo financeiro ao valor justo por meio de lucro ou prejuízo - Derivativos para negociação		788		788
		788		788

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2009	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos Ativos financeiros ao valor justo por meio de lucro ou prejuízo - Letras financeiras do tesouro - Fundo de investimento renda fixa - Certificados de depósitos bancários - Derivativos para negociação	19.791	7.797 4.622 5.228		19.791 7.797 4.622 5.228
	19.791	17.647		37.438
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivos Passivo financeiro ao valor justo por meio de lucro ou prejuízo - Derivativos para negociação		6.906		6.906
Em 1º de janeiro de 2009	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos Ativos financeiros ao valor justo por meio de lucro ou prejuízo - Letras financeiras do tesouro - Certificados de depósitos bancários	14.271	83		14.271 <u>83</u>
	14.271	83		14.354
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivos Passivo financeiro ao valor justo por meio de lucro ou prejuízo - Derivativos para negociação		39.473 39.473		39·473 39·473

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não aplica em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em contas-correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos.

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

(b) Mútuos a receber/pagar

As condições financeiras são equiparadas com as praticadas com terceiros.

(c) Investimentos

Consistem, principalmente, em investimentos em controladas de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico, conforme descrito na Nota 11. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

	31 de dezen	nbro de 2010	oro de 2010 <u>31 de dezemb</u>		
Natureza do ativo	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado	
Empréstimos e financiamentos	1.361.851	1.362.499	1.239.054	1.246.748	

(e) Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas (despesas) financeiras - variação cambial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Valor nocional	Valor o	le mercado	Valores a recebe	er / a pagar
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	31.12.10	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Marcopolo					USD mil				
	BBA	Venda	13.07.09	22.02.10			218		218
	Bradesco	Venda	09.06.10	19.04.11	27.050	2.859	404	2.859	404
	Brasil	Venda	09.06.10	28.04.11	43.250	5.243	3.574	5.243	3.574
	Citibank	Venda	09.06.10	24.03.11	9.600	2.064	48	2.064	48
	HSBC	Venda	10.06.10	24.02.11	4.550	871	984	871	984
	MERRILL LYNCH	Venda	12.07.10	28.04.11	32.350	2.160		2.160	
	VOTORANTIM	Venda	19.10.10	19.04.11	7.950	447		447	
Ciferal		•	_						
	Bradesco	Venda	28.10.10	03.02.11	321	23		23	
	Brasil	Venda	28.10.10	27.01.11	19	1		1	
						13.668	5.228	13.668	5.228
Masa					Rand mil				
	Citibank	Compra	25.08.10	28.04.11	1.330	(63)	(4.958)	(63)	(4.958)
	ABSA	Compra	05.08.10	29.08.11	6.451	(725)	(1.558)	(725)	(1.558)
	NEDBANK	Compra	25.08.10	15.12.10	-		(390)		(390)
					_	(788)	(6.906)	(788)	(6.906)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 conforme abaixo:

			Ganhos/	perdas realizados
	Jı	uros s/derivativos	Variação Cam	bial s/ derivativos
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Marcopolo Ciferal	14.805 12	4.797 20	14.011 18	13.665 (72)
Masa	12	20	798	(8.132)

6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Controladas

					Percentual de participaç			
	31 de dezem	bro de 2010	31 de dezem	bro de 2009	1º de jan	eiro de 200 <u>9</u>		
Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta		
Banco Moneo	-	100,00	-	100,00	-	100,00		
Brasa	-	· -	-	100,00	-	100,00		
Ciferal	99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01		
Ilmot	100,00	· -	100,00	· -	100,00	· -		
Laureano	· -	100,00	· -	100,00	· -	100,00		
Marsa	-	´ -	90,00	10,00	90,00	10,00		
MAC	100,00	-	100,00	· -	100,00	· -		
MPC	70,00	30,00	· -	100,00	· -	100,00		
MIC	100,00	-	-	100,00	-	100,00		
MIC UY	100,00	-	100,00	-	-	-		
Mapla	99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01		
Masa	100,00	-	100,00	-	-	100,00		
Trading	99,99	-	99,99	-	99,99	-		
Moneo	100,00	-	100,00	-	100,00	-		
PoloRus	100,00	-	-	-	-	-		
Polo Serviços	99,00	1,00	99,00	1,00	99,00	1,00		
Polomex	3,61	70,39	3,61	70,39	3,61	70,39		
Poloplast	-	-	100,00	-	100,00	-		
Syncroparts	99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01		
Fundos	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta		
Fundo Paradiso	100,00	-	100,00	-	100,00	_		
FIDC	, <u>-</u>	-	30,00	-	30,00	-		

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados.
- (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.
- (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (f) No caso da consolidação das demonstrações financeiras do FIDC, o saldo dos direitos creditórios foram incorporados ao saldo de contas a receber de clientes no mercado interno e os montantes do patrimônio liquido do Fundo foi refletido como obrigação por empréstimo. Os saldos das quotas subordinadas detidas pelo Banco Moneo foram eliminados no processo de consolidação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empresas com controle compartilhado (joint ventures)

	Percentual de participação								
	31 de dezei	mbro de 2010	31 de dezemb	oro de 2009	1º de janeiro de 2009				
Controladas em conjunto	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta			
GB Polo	49,00	-	49,00	-	49,00	_			
Loma	40,00	-	33,00	-	33,00	-			
Metalpar	-	40,00	-	33,00	-	33,00			
Marsa	-	40,00	-	-	-	-			
San Marino	45,00	-	45,00	-	39,59	-			
Rotas do Sul	-	45,00	-	45,00	-	39,59			
San Marino México	-	45,00	-	45,00	-	39,59			
Superpolo	-	50,00	-	50,00	-	50,00			
TMML	49,00	-	49,00	-	49,00	-			
Polo Plastic	=	-	-	-	-	50,00			
Russian	-	-	-	-	-	50,00			

O montante dos principais saldos das demonstrações contábeis dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

			Ativo			Passivo	Recei	ta Líquida	Lucro	(prejuízo)
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
GBPolo Loma San Marino Superpolo TMML	71.694 58.438 180.895 116.210 147.247	75.965 50.148 149.529 79.176 148.443	69.323 142.882 102.856 125.880	45.510 28.490 153.633 80.306 107.669	44.282 18.803 135.398 52.586 129.102	23.138 131.015 78.186 108.449	34.563 116.538 315.677 121.766 194.476	14.369 91.815 216.927 103.010 94.124	(2.978) 9.048 13.206 8.904 (2.031)	324 9.603 2.536 6.518 (14.996)

(c) Coligadas (não consolidadas)

					Percentual de	e participação	
	31 de dezem	bro de 2010	31 de dezei	mbro de 2009	1º de ja	º de janeiro de 2009	
Coligadas	Direta	<u>Indireta</u>	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
MVC	36,00	-	46,00	-	46,00	-	
Painéis	-	36,00	-	46,00		46,00	
Spheros	40,00	-	40,00	-	40,00	-	
Spheros Colombia	-	40,00	-	40,00	-	40,00	
Spheros México	-	40,00	-	40,00	-	40,00	
Wsul	30,00	_	30,00	_	30,00	-	

O montante dos principais saldos das demonstrações contábeis dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Ativo 1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Passivo 1º de janeiro de 2009	Recei 31 de dezembro de 2010	ta Líquida 31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	Lucro 31 de dezembro de 2009
MVC	69.927	53.604	55.436	45.201	34.637	37.906	103.015	78.626	5.759	1.437
Spheros	45.135	30.150	31.566	18.988	9.420	13.158	95.822	55.158	11.024	3.293
Wsul	12.289	8.687	7.914	3.072	1.450	920	19.537	12.707	1.981	243

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros e derivativos

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

		Co	ntroladora		C	Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Caixa e depósitos bancários No Brasil No exterior Títulos e valores mobiliários de liquidez	40.673	64.364	54.713	51.910 31.253	71.479 15.059	71.882 14.080	
imediata No Brasil No exterior	508.248	340.436	146.296	588.673 287	412.434	208.566 121.549	
Total do caixa e equivalente de caixa	548.921	404.800	201.009	672.123	498.972	416.077	

^(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de depósitos bancários — CDB, remuneradas a taxas que variam entre 100% e 106% do CDI, resultando uma média ponderada de 102,76% do CDI.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

		Co	<u>ntroladora</u>	-	C	Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Mantidos para negociação Letras Financeiras do Tesouro Fundos de investimentos de renda fixa Certificados de depósitos bancários	40.424			40.424	19.791 7.797 4.622	14.271 83	
Derivativos - mercado a termo (Non Deliverable Forwards)(*)	13.644	5.228		13.668	5.228		
	54.068	5.228		54.092	37.438	14.354	
Disponíveis para venda Certificados de depósitos bancários	127.980 127.980			128.096 128.096			

^(*) Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia apurou uma perda não realizada no montante de R\$ 788 (R\$ 6.906 em 2009) em suas operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado a termo, as quais foram classificadas no passivo circulante.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% e 106% do CDI, resultando uma média ponderada de 102,76% do CDI. As aplicações financeiras no exterior são remuneradas à taxa média de 3,23% ao ano mais variação cambial do dólar norte-americano. Os bancos gestores dos recursos são considerados bancos de primeira linha.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accouting* de acordo com IAS 39.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se mensurados a seu valor justo. Os ganhos e perdas apurados são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009		
Circulante								
No mercado nacional	290.269	308.711	258.144	419.966	380.694	297.153		
No mercado externo	160.615	122.892	184.201	217.786	172.730	259.363		
Relações interfinanceiras				228.445	204.125	173.484		
Ajuste a valor presente	(2.877)	(4.897)	(3.839)	(3.989)	(5.650)	(4.215)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.981)	(27.045)	(22.247)	(51.744)	(50.639)	(44.350)		
	416.026	399.661	416.259	810.464	701.260	681.435		
Não circulante								
No mercado externo				1.222	1.217	6.694		
Relações interfinanceiras				424.478	397.726	323.027		
•								
				425.700	398.943	329.721		
	416.026	399.661	416.259	1.236.164	1.100.203	1.011.156		

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

		Co	ntroladora		C	Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Valores a vencer Vencidos:	342.604	248.394	307.298	1.117.144	961.617	901.299	
- Até 30 dias	36.151	40.081	59.911	77.553	50.626	66.669	
- Entre 31 e 60 dias	14.432	21.587	8.527	28.340	23.188	12.613	
- Entre 61 e 90 dias	5.865	9.149	14.909	6.792	9.937	16.569	
- Entre 91 e 180 dias	7.349	33.855	22.332	11.915	27.723	28.740	
- Acima de 181 dias	44.483	78.537	29.368	50.153	83.401	33.831	
Ajuste a valor presente	(2.877)	(4.897)	(3.839)	(3.989)	(5.650)	(4.215)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.981)	(27.045)	(22.247)	(51.744)	(50.639)	(44.350)	
	416.026	399.661	416.259	1.236.164	1.100.203	1.011.156	

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2009	(22.247)	(44.350)
Provisão registrada no exercício Reversão de provisão contra contas a receber (<i>Write-off</i>) Variação cambial	(14.703) 9.905	(15.695) 16.765 (7.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(27.045)	(50.639)
Provisão registrada no exercício Reversão de provisão contra contas a receber (<i>Write-off</i>)	(4.936)	(11.928) 10.82 <u>3</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(31.981)	(51.744)

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

		Co	ontroladora			Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Reais	255.411	271.756	336.649	1.030.543	961.176	584.345	
Dólar Norte Americano	160.615	127.905	79.610	166.566	93.580	372.927	
Euro				456	3.340	13.667	
Peso Argentino				10.240	5.761	3.896	
Peso Colombiano				5.899			
Peso Mexicano				16	214	16.124	
Rande				8.878	35.844	18.778	
Rupia				8.870			
Dirham					131	1.419	
Libra Egipcia				1.210			
Remimbi				3.486	<u> 157</u>		
	416.026	399.661	416.259	1.236.164	1.100.203	1.011.156	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estoques 9

	Controladora				Consolidado		
	31 de	31 de	1º de	31 de	31 de	1º de	
	dezembro	dezembro	janeiro	dezembro	dezembro	janeiro	
	de 2010	de 2009	de 200 <u>9</u>	de 2010	de 2009	de 2009	
Produtos acabados	48.575	35.905	40.003	68.539	52.413	53.458	
Produtos em elaboração	29.808	17.792	17.166	46.535	32.818	36.182	
Matérias-primas e auxiliares	105.794	77.327	101.226	179.108	148.751	200.175	
Adiantamentos a fornecedores e outros	10.834	2.111	7.656	21.689	6.176	15.165	
Provisão para perdas nos estoques	(878)	(1.081)	(902)	(4.423)	(2.755)	(1.959)	
	194.133	132.054	165.149	311.448	237.403	303.021	

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado		
Saldo em 1º de janeiro de 2009	(902)	(1.959)		
Reversão de provisão Provisão registrada no exercício Saldo em 31 de dezembro de 2009	319 (498) (1.081)	1.376 (2.172) (2.755)		
Reversão de provisão Provisão registrada no exercício	878 (67 <u>5</u>)	2.552 (4.220)		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(878)	(4.423)		

Impostos e contribuições a recuperar 10

		(Controladora	Consolida						
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009				
Circulante										
Imposto de renda - pessoa jurídica (IRPJ) Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) Imposto sobre produtos industrializados (IPI) Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	26.437 10.146 23.477 3.008	42.032 11.347 3.999 2.540	43.998 20.044 4.550 58.465	27.236 11.347 25.226 5.467	43.784 11.888 5.743 3.178	49.779 22.342 5.697 58.904				
Programa de integração social (PIS) Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) Imposto sobre valor agregado (IVA) Outros	1.719	2.430 6.480 <u>5.631</u>	4.089 13.834 	4.500 11.243 883	2.986 7.953 11.454 6.242	4.484 14.505 16.532				
	65.356	74.459	146.092	87.144	93.228	172.243				
Não circulante Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) Imposto sobre valor agregado (IVA)	1.669	1.553	1.004	1.902 1.073	2.243	2.940				
	1.669	1.553	1.004	2.975	2.243	2.940				
	67.025	76.012	147.096	90.119	95.471	175.183				

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos

	Co	Controladora		
	2010	2009	2010	2009
Controladas Controladas em conjunto Coligadas Outros investimentos	349·755 59·534 22.133	264.445 44.769 19.188 727	22.133 139	19.188 926
	431.422	329.129	22.272	20.114

(a) Investimento em controladas, controladas em conjunto em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas:

																	Total
	Ciferal	llmot	Mac	Mapla	Marsa	Masa	MIC	MPC	Moneo	PoloRus	Polo	Polomex	Poloplást	Syncro	Trading	31.12.10	31.12.09
		(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)		(1)		(2)	(1)				
Dados dos Investimentos																	
Capital social	20.000	25.647	3.966	832	470	7.808	2.332	3.016	100.000	398	500	14.679	7.018	4.000	1.000		
Patrimônio líq. ajustado	109.902		3.020	697	459	25.589	(1.448)		139.286			28.832	221	13.318	11.652		
Ações ou quotas possuídas	499.953		1	4.000	736.000	100.000	1.400.000		100.000		1	3.011.659	8.167.725	10.010	3.450.103		
% de participação	99,99	-	100,00	99,99	90.00	100,00	100,00	70,00			99,00	3,61	100,00	99,99	99,99		
Lucro (prejuízo) líquido do período		/	(470)		(69)	,	10.617	(613)		(229)			(814)				
Eucro (prejuizo) fiquido do período	34.922	2.269	(4/0)	13.908	(09)	21.527	10.01/	(013)	25.770	(229)	504	(3.015)	(614)	134	2.913		
Movimentação dos investimentos																	
Saldos iniciais:																	
Pelo valor patrimonial	5 4 006	41 516	0.500	(10.001)	(=10)	2.888			110 605		7.811	1 105	050	10.190	0.466	064.445	001 500
	74.986	41.516	3.530	(10.031)		2.000			119.635		7.011	1.195	979	13.183	9.466	264.445	291.593
Integralização de capital					345			4.464		440						5.249	26.755
Aquisição de participação							20								(0)	20	4.524
Dividendos recebidos		_		_					(6.120)						(728)	(6.848)	(34.105)
Resultado de equivalência patrimonial	34.913				68	21.527	(1.056)			(229)		(109)	(814)	134	2.912	98.973	3.684
Ajustes acumulados de conversão	1	(871)	(41)	(3.173)		1.174	(412)	(119)		(21)		(45)	53			(3.521)	(22.981)
Ganho/perda de capital em investimentos					763			(8.712)								(7.949)	
Redução capital													(180)			(180)	(5.025)
Alienação de investimentos					(396)								(38)			(434)	
Saldos finais:																	
Pelo valor patrimonial	109.900	42.934	3.019	704		25.589	(1.448)	(4.796)	139.285	190	8.370	1.041		13.317	11.650	349.755	264.445
	.).) = =	1 1704	0,01		$\overline{}$	5.50	(-1440)	(1///-//	57.20		- 3/ 0			5-5-7	121000	0 17-700	· r·TTU

Controladas em conjunto (joint ventures):

						Total
	GBPolo (1)	Loma (1)	San Marino	<u>TMML</u> (1)	31.12.10	31.12.09
Dados dos Investimentos Capital social Patrimônio líq. ajustado Ações ou quotas possuídas	28.137 26.184 4.803.922	19.870 29.948 15.949.948	14.944 27.263 7.478.482	63.337 39.578 24.500		
% de participação Lucro (prejuízo) líquido do exercício Movimentação dos investimentos	49,00 (2.976)	40,00 9.048	45,00 13.207	49,00 (2.031)		
<u>Saldos iniciais:</u> Pelo valor patrimonial Integralização de capital Aquisição de participação	15.525	10.344 2.194	9.423	9.477 11.736	44.769 13.930	31.552 17.714 13.373
Dividendos recebidos Resultado de equivalência patrimonial Ajustes acumulados de conversão Saldos finais:	(1.458) (1.2 <u>37</u>)	(2.702) 3.619 (1.476)	5.943 (<u>34</u>)	(995) (82 <u>5</u>)	(2.702) 7.109 (3.572)	(3.722) (3.120) (11.028)
Pelo valor patrimonial	12.830	11.979	15.332	19.393	59.534	44.769

(1) Controlada no exterior.
 (2) Com a entrada em vigor do CPC 2 "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", a controlada passou a utilizar o dólar norte-americano como moeda funcional.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Coligadas:

					Total
	MVC	Spheros	WSul	31.12.10	31.12.09
Dados dos Investimentos					
Capital social	34.011	15.000	6.100		
Patrimônio líq. ajustado	23.687	26.147	9.217		
Ações ou quotas possuídas	1	244.898	1.830.000		
% de participação	36,00	40,00	30,00		
Lucro líquido do exercício	4.720	11.024	1.981		
Movimentação dos investimentos					
Saldos iniciais:					
Pelo valor patrimonial	8.725	8.292	2.171	19.188	17.514
Dividendos recebidos		(2.247)		(2.247)	(326)
Resultado de equivalência patrimonial	2.086	4.404	594	7.084	2.050
Ajustes acumulados de conversão		5		5	(50)
Alienação de investimento	(1.897)			(1.897)	
Saldos finais:					
Pelo valor patrimonial	8.914	10.454	2.765	22.133	19.188

(b) Alienação de Investimentos

A Marcopolo e sua controlada Trading, detentoras, respectivamente, de 99,99974% e 0,00026% do capital social da MVC, localizada em São José dos Pinhais, PR, assinaram com a empresa Artecola Termoplásticos Ltda. ("Artecola"), com sede em Campo Bom, RS, contrato definitivo, no qual transferem, por compra e venda, para a Artecola, 64% das quotas representativas do capital social da MVC, com previsão de venda de mais 10% no primeiro trimestre de 2011. Os negócios da MVC relativos à Casa Prática (Painéis, sediada em São José dos Pinhais, PR), bem como os negócios relativos à Poloplast, sediada no México, não estão incluídos nessa negociação.

(c) Aquisição de participação em joint ventures

De acordo com o IFRS, é aplicado o método de compra. O custo da combinação de negócios deve ser medido pelo valor justo, na data da aquisição. A entidade compradora deve alocar, na data da combinação, o custo da aquisição (incluindo os custos diretos com a transação) reconhecendo contabilmente: os ativos adquiridos identificados e os passivos e passivos contingentes assumidos, valorizados pelo valor justo, que cumpram os critérios específicos de reconhecimento contábil, mesmo quando alguns deles não tenham sido reconhecidos previamente pela sociedade adquirida em suas posições contábeis.

Quando o custo da aquisição for superior ao valor justo da participação da entidade compradora no saldo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida, a entidade compradora reconhece contabilmente um ágio originado da transação, referente a tal diferença. O ágio e outros ativos intangíveis com prazo de vida útil indefinido não são amortizados. Seu valor de recuperação deve ser avaliado no mínimo uma vez por ano e também sempre que haja um indicador de que o valor do ativo possa não ser recuperado pela entidade. Quando o valor recuperável do ágio ou de qualquer outro ativo for inferior ao valor contábil deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se a participação da entidade compradora no valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida forem superiores ao custo de aquisição, o excesso (deságio) deve ser inicialmente revisado, de modo a verificar se os valores justos atribuídos a ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos foram adequadamente identificados e valorizados. Se, depois desse

exercício de revisão, for concluído que um deságio foi originado da transação, o mesmo deve ser reconhecido como um ganho, imediatamente no resultado do exercício. A participação dos sócios minoritários nos ativos líquidos adquiridos deve ser registrada por seu valor justo na data da aquisição apresentada em conta específica dentro do patrimônio líquido.

Apresentamos para as aquisições de participações em *joint ventures*:

San Marino

A Marcopolo adquiriu participação na empresa San Marino nos percentuais de 39,59% em 5 de março de 2007 e 5,41% em 30 de janeiro de 2009.

Loma

A Marcopolo adquiriu participação na empresa Loma no percentual de 33% em 1º de janeiro de 2008 e 7% em 28º de janeiro de 2010.

A apuração dos ágios nessas aquisições encontra-se apresentada a seguir:

	San Marino	Loma
Ativo circulante	72.038	32.308
Ativo não-circulante	47.912	24.897
Outros ativos	1.273	10.732
Imobilizado	44.019	14.165
Intangível	2.620	
Passivo circulante	(74.576)	(12.688)
Dividendos a pagar a antigo acionista		(9.119)
Participação de minoritários		(737)
Passivo não-circulante	(29.88 <u>5</u>)	(6.596)
Ativos líquidos de passivos	15.489	28.065
% de participação comprada	45,00%	40,00%
Ativos líquidos de passivos, adquiridos	6.970	11.226
Total de preço de compra pago	41.972	32.150
Ágio (Nota 13)	35.002	20.924

A Companhia apurou os valores justos dos ativos e passivos acima demonstrados com base em informações internas e dados de mercado disponíveis. Adicionalmente, a empresa contratou especialistas externos para validarem essas estimativas com relação ao valor justo da marca e do ativo imobilizado.

(c) Operações descontinuadas

A Marcopolo encerrou a associação com a Ruspromauto em 31 de dezembro de 2009, da empresas Russian e PPC, tendo apurado prejuízo de R\$ 3.114 e R\$ 295, respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado 12

Síntese da movimentação do imobilizado da controladora (a)

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilização em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 Adições Baixas Transferências	12.886 3.339 (1.754)	33.744 6.351 (4.492) 2.726	37.026 21.621 (1.384) 1.517	1.992 194 (15)	3.366 770 (16) (17)	1.280 329 (29)	98	18.326 3.642 (13) (4.226)	108.718 36.246 (7.703)
Depreciações		(1.363)	(6.441)	(38 <u>5</u>)	(1.014)	(285)			(9.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	14.471	36.966	52.339	1.786	3.089	1.295	98	17.729	127.773
Custo do imobilizado Depreciação acumulada	14.471	96.073 (59.107)	126.605 (74.266)	5.172 (3.386)	11.225 (8.136)	3.271 (1.976)	98	17.729	274.644 (146.8 <u>71</u>)
Valor residual	14.471	36.966	52.339	1.786	3.089	1.295	98	17.729	127.773
Saldos em 31 de dezembro de 2009 Adições Baixas Transferências Depreciações	14.471	36.966 1.996 (172) 46 (1.455)	52.339 15.505 (154) 2.253 (7.666)	1.786 555 (42) (344)	3.089 1.342 (19) (1.099)	1.295 1.046 (76) (354)	98	17.729 3.155 (123) (2.299)	127.773 23.599 (586) (10.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	14.471	37.381	62.277	1.955	3.313	1.911	98	18.462	139.868
Custo do imobilizado Depreciação acumulada	14.471	97.927 (60.546)	142.875 (80.598)	5.596 (3.641)	12.027 (8.714)	3.754 (1.84 <u>3</u>)	98	18.462	295.210 (1 <u>55.342</u>)
Valor residual	14.471	37.381	62.277	1.955	3.313	1.911	98	18.462	139.868
Taxas anuais de depreciação		2,0%	8,3%	8,3%	20,0%	20,0%	13,0%		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilização em andamento	Total
				_		_			_
Saldos em 1º de janeiro de 2009 Efeito cambial Adições Baixas Transferências Depreciações	21.709 (617) 4.393 (1.268)	75.962 (10.761) 26.906 (4.652) 2.717 (4.095)	90.497 (4.842) 57.311 (5.259) 1.555 (19.463)	4.551 (325) 911 (422) 132 (780)	3.858 20 864 (32) (17) (1.119)	4.684 (172) 524 (311) (57) (1.118)	14.573 (1.658) 1.338 (2.329) (22) (1.386)	43.653 (6.868) 1.692 (3.691) (4.308)	259.487 (25.223) 93.939 (17.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	24.217	86.077	119.799	4.067	3.574	3.550	10.516	30.478	282.278
Custo do imobilizado Depreciação acumulada	24.217	162.699 (76.622)	229.013 (109.214)	9.627 (5.560)	12.603 (9.029)	7.729 (4.17 <u>9</u>)	15.573 (5.0 <u>57</u>)	30.478	491.939 (209.661)
Valor residual	24.217	86.077	119.799	4.067	3.574	3.550	10.516	30.478	282.278
Saldos em 31 de dezembro de 2009 Efeito cambial Adições Baixas Transferências Depreciações	24.217 (826) 15 (1)	86.077 15.279 16.136 (616) 1.676 (3.838)	119.799 (16.594) 30.233 (2.570) 1.714 (17.337)	4.067 525 2.028 (42) 2.013 (1.221)	3.574 (187) 1.603 (20) (1.219)	3.550 619 1.863 (205) (420) (972)	10.516 (3.053) 2.843 (1.086) 46 (781)	30.478 2.183 18.167 (4.443) (5.029)	282.278 (2.054) 72.888 (8.983) (25.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	23.405	114.714	115.245	7.370	3.751	4.435	8.485	41.356	318.761
Custo do imobilizado Depreciação acumulada	23.405	195.532 (80.818)	239.745 (124.500)	13.667 (6.29 <u>7</u>)	13.448 (9.69 <u>7</u>)	8.682 (4.24 <u>7</u>)	13.389 (4.904)	41.356	549.224 (230.46 <u>3</u>)
Valor residual	23.405	114.714	115.245	7.370	3.751	4.435	8.485	41.356	318.761
Taxas anuais de depreciação		2,0%	8,3%	8,3%	20,0%	20,0%	13,0%		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado da controlada Ciferal, em garantia de empréstimos na modalidade FINEP no montante de R\$ 13.500 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 15.800 em 31 de dezembro de 2009).

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

(c) Base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost)

A administração da Marcopolo optou por não adotar o custo atribuído na avaliação inicial de seus ativos como definido pela Interpretação Técnica ICPC 10. Essa definição se baseou no fato de que a partir de 1º de janeiro de 2009 a Marcopolo revisou as taxas de depreciação empregadas para o ativo imobilizado, conforme divulgado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009, quando não foram identificadas variações significativas em relação ao valor contábil depreciado.

Adicionalmente, a seguinte análise quantitativa e qualitativa foi realizada no sentido de corroborar o entendimento de que o valor contábil depreciado reflete o custo de aquisição deduzido da depreciação com base na vida útil econômica estimada na data dessas demonstrações financeiras:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

	Terrenos	Prédios e Construções	Outros	Total
				0.0
Marcopolo (a)	14.471	37.381	88.016	139.868
San Marino (b)	1.409	10.560	15.166	27.135
Ciferal (c)	3.575	12.653	28.516	44.744
TMML (d)		18.278	19.931	38.208
GB Polo (e)	796	14.094	9.384	24.274
Superpolo (f)	1.316	8.944	2.983	13.243
Polomex (g)			6.387	6.387
Loma Hermosa (h)	590	3.328	1.763	5.682
Masa (i)	1.113	9.391	7.564	18.068
Outras	135	85	932	1.152
Consolidado	23.405	114.714	180.642	318.761

- (a) Marcopolo Renovação e modernização contínua;
- (b) San Marino Planta reavaliada em 2004, e não foram identificados ajustes relevantes;
- (c) Ciferal Renovação e modernização contínua;
- (d) TMML Terreno alugado e Prédios construídos a partir de 2009;
- (e) GB Polo Planta constituída em 2009;
- (f) Superpolo Planta construída em 2009;
- (g) Polomex Terreno e Prédio alugados;
- (h) Loma Hermosa Laudo de avaliação realizado por ocasião de sua compra não identifica ajustes de valor justo relevante;
- (i) Masa Terreno comprado em 2007 e construção posterior a essa data.

13 Ágio e intangível

(a) Síntese da movimentação do ágio e intangível da controladora

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 Adições Baixas	25.822 1.677	262	45.511 3.830	71.595 5.507
Amortizações	(7.013)	<u>(74</u>)		(7.087)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	20.486	188	49.341	70.015
Custo do intangível Amortização acumulada	40.805 (20.319)	1.216 (1.028)	49.341	91.362 (21.347)
Valor residual	20.486	188	49.341	70.015
Saldos em 31 de dezembro de 2009 Adições Baixas	20.486 1.701 (4)	188	49.341 6.585	70.015 8.286
Amortizações	(6.973)	(58)		(4) (7.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.210	130	55.926	71.266
Custo do intangível Amortização acumulada	42.505 (27.29 <u>5</u>)	1.216 (1.08 <u>6</u>)	55.926	99.647 (28.381)
Valor residual	15.210	130	55.926	71.266
Taxas anuais de depreciação	20,0%	13,0%		

42 de 65 G:\DEZ\MARCOP10.DEZ

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Outros	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 Efeito cambial	27.763 (259)	271		45.169	73.203 (259)
Adições Baixas Transferências	1.560 (1)	119 (4)	1.011	4.172	6.862 (5)
Amortizações	359 (7.6 <u>75</u>)	(79)	(359) (160)		(7.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	21.747	307	492	49.341	71.887
Custo do intangível Amortização acumulada	43.548 (21.801)	1.336 (1.02 <u>9</u>)	839 (347)	49.341	95.064 (23.1 <u>77</u>)
Valor residual	21.747	307	492	49.341	71.887
Saldos em 31 de dezembro de 2009 Efeito cambial Adições Baixas Transferências Amortizações	21.747 508 3.467 (14) (294) (8.876)	307 (36) 70 (4) 140 (99)	492 (488) (22) (154) (136)	49.341 6.585	71.887 (16) 10.122 (40) (9.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	16.538	378	0	55.926	72.842
Custo do intangível Amortização acumulada	46.505 (29.96 <u>7</u>)	1.464 (1.086)	1.235 (1.2 <u>35</u>)	55.926	105.130 (32.288)
Valor residual	16.538	378	0	55.926	72.842
Taxas anuais de depreciação	20,0%	13,0%			

(c) Teste de Ágio para verificação de Impairment

Composto pelos ágios gerados na aquisição dos investimentos na San Marino e na Loma nos montantes de R\$ 55.926, sendo R\$ 35.002 na San Marino e R\$ 20.924 na Loma.

As premissas utilizadas no cálculo para avaliação da necessidade de constituição de *impairment* nas unidades geradoras de caixa são as seguintes:

		San Marino	Loma		
Testes do ágio para verificação de impairment	31 de	31 de	31 de	31 de	
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	
	de 2010	de 2009	de 2010	de 2009	
Margem bruta orçada	19,25 %	13,45%	20,92 %	25,20%	
Taxa de crescimento esperado	4,34 %	1,96%	6,63 %	8,69%	
Taxa de desconto	10,46 %	8,52%	8,79 %	8,80%	

Os ágios representam o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

A Companhia aplicou as disposições do IFRS 3 para as aquisições de subsidiárias ocorridas após a data de transição para o IFRS.

O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado do período encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

-	Saldos ativos por mútuo e conta- -corrente	Saldos passivos por mútuo e conta- -corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Compras de produtos/ serviços	Vendas de produtos/ serviços	Receitas finan- ceiras	Despesas finan- ceiras
Controladas								
Banco Moneo	5						2	
Moneo								_
Investimentos		12						1
Brasa	0		,			319		
Ciferal Ilmot	13.158 552		13.631	174	1.434	66.396	135 20	19
GB Polo	5.693		99			1.363	20	
MAC	5.093		163			589		
Mpc			8.249			509		
MIC UY			0.=49			3.390		
Marsa			218			410		
Masa			11.354	150		57.396		
Loma Hermosa			217	Ü		450		
Polo			,				1	
Polomex			22.906	8		46.683		
San Marino			1.136	212		4.996		
Superpolo			2.072			5.405		
TMML			5.909			6.605		
Saldo em								
31.12.2010	19.408	12	65.954	544	1.434	194.002	158	20
=								
Saldo em								
31.12.2009	721	1.175	76.141	4.209	31.010	218.758	50	625
Saldo em								
01.01.2009	1.278	1.415	93.190	2.781	44.465	406.153	55	810

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

	-	Saldos ativos por mútuo e conta- -corrente	Saldos passivos por mútuo e conta- -corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Compras de produtos/ serviços	Vendas de produtos/ serviços	Receitas finan- ceiras	Despesas finan- ceiras
Coligadas	MVC Spheros WSul			319	1.298 2.976 613	9.477 17.751 4.290	755		
	Saldo em 31.12.2010			319	4.887	31.518	755		
	Saldo em 31.12.2009	102	90	57	4.376	32.619	775	6	
	Saldo em 01.01.2009	41	278	255	4.557	27.589	147	5	

Os saldos de mútuos e contas-corrente de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>Fixa</u>	Variável	Plano de Aposen- tadoria	Pagamento com base em ações (*)	31 de dezembro de 2010
Conselho de Administração e Diretores estatutários	8.262	7.060	83	71	15.476
Diretores não estatutários	5.384	19.586	187	206	25.363
	13.646	26.646	270	277	40.839

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram exercidas as opções de compra de 193.636 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 6,32 ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

	Fixa	Variável	Plano de Aposen- tadoria	Pagamento com base em ações (*)	31 de dezembro de 2009
Conselho de Administração e Diretores estatutários	8.687	7.552	48	116	16.403
Diretores não estatutários	5.031	5.031	193	79	10.334
	13.718	12.583	241	195	26.737

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

15 Empréstimos e financiamentos

			Co	ntroladora	Consolidado		
	Taxa média ponderada	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
	% a.a.						
Moeda nacional	_	_	_				_
FINAME	6,79	8.177	7.673	1.927	10.341	8.464	2.857
Empréstimos bancários	12,25	1.215	1.805	2.342	18.951	39.182	37.177
FINEP	6,11	110.416	106.568	80.629	118.156	115.258	118.071
Pré-embarque especial	4,50	516.095	315.349	209.300	516.095	315.349	209.300
FIDC - Marcopolo Financeiro	CDI + 1,40					24.573	33.911
Moeda estrangeira							
Adiantamentos de contratos de câmbio	7,60		45.484	69.038	15	48.432	77.671
Pré-pagamento de exportação em	/,00		45.404	09.030	19	40.432	//.0/1
dólares norte-americanos	3,25	60.743	70.190	94.952	61.143	71.028	96.450
Financiamento em dólares	4,50	00./43	17.476	13.653	15.525	21.363	109.445
Financiamento em pesos argentinos	16,88		1/.4/0	13.033	3.723	2,319	2.718
Financiamento em randes sul-africanos	10,00				3./23	19.156	6.850
Financiamento em pesos colombianos	2,87				21.235	17.157	27.410
Financiamento em rupias indianas	9,00				18.982	27.997	23.306
Financiamento em euros	9,00				10.902	14.283	10.488
Financiamento em reminbi	5,61				3.025	14.203	10.400
i manetamento em reminor	5,01				3.023		
Captações no mercado aberto							
Moeda nacional	mu n						
BNDES	TJLP + 1,00				574.660	514.493	375.008
		696.646	564.545	471.841	1.361.851	1.239.054	1.130.662
Passivo circulante		(58.031)	(126.682)	(2 <u>55.547</u>)	(267.412)	(372.898)	(582.506)
Passivo não circulante		638.615	437.863	216.294	1.094.439	866.156	548.156

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

		Controladora			Consolidado		
	31 de	31 de	1º de	31 de	31 de	1º de	
	dezembro	dezembro	janeiro	dezembro	dezembro	janeiro	
	de 2010	de 2009	de 2009	de 2010	de 2009	de 2009	
De 13 a 24 meses	341.909	50.331	84.339	527.147	205.704	182.050	
De 25 a 36 meses	282.756	338.267	50.677	521.164	461.937	130.611	
Após 36 meses	13.950	49.265	81.278	46.128	198.515	235.495	
	638.615	437.863	216.294	1.094.439	866.156	548.156	

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 10.341 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 8.464 em 31 de dezembro de 2009) e o empréstimo bancário da modalidade FINEP possui garantia com bens imóveis no valor de R\$ 15.800 e fianças bancárias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre as mesmas incidem encargos financeiros de 1% ao ano mais a variação da TJLP.

O valor de face e valor justo da parcela de longo prazo das captações no mercado aberto são:

	Valor de f	Valor de face (futuro)		Valor justo (presente)	
	31 de	31 de	31 de	31 de	
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	
	de 2010	de 2009	de 2010	de 2009	
De 13 a 24 meses	167.398	146.617	148.219	126.926	
De 25 a 36 meses	128.222	118.836	117.360	106.828	
Após 36 meses	148.628	147.367	139.773	138.365	
	444.248	412.820	405.352	372.119	

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproximam do seu valor justo.

16 Provisões

(a) Cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

					Co	<u>ntroladora</u>
	31 de	dezembro de 2010	31 de	dezembro de 2009	10	de janeiro de 2009
Natureza da provisão	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível Trabalhista Tributário	152 2.147 2.211	4.294 238.153	150 2.090 13.634	4.181 234.882	165 1.734 43.856	3.577 107.366
	4.510	242.447	15.874	239.063	45.755	110.943

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

					C	<u>onsolidado</u>	
	31 de				dezembro 1º de janeiro de 2009 de 2009		
Natureza da provisão	Provável	Possível	Provável	Possível	<u>Provável</u>	Possível	
Cível Trabalhista Tributário	152 4.995 12.297	442 4.294 251.347 256.083	592 2.603 23.954 27.149	482 5.258 243.550 249.290	165 3.161 53.198 56.524	482 4.513 114.932 119.927	
		Co	ntroladora			Consolidado	
Depósitos judiciais	31 de dezembro <u>de 2010</u>	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Cível Trabalhista Tributário	704 11.226	552 11.224	533 11.703	1.539 12.826	118 1.031 12.469	734 830 12.319	
	11.930	11.776	12.236	14.365	13.618	13.883	

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

. Provisionadas

	Controladora				Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1 ⁰ de janeiro de 2009	
ICMS – correção monetária (i)			34.094			36.305	
ICMS - transferências de créditos (ii)	2.211	2.211	2.211	2.211	2.211	2,211	
IRPJ - programa BEFIEX (iii)		8.950	7.551		8.950	7.551	
ICMS - exportações indiretas (iv)					2.879	2.623	
IRPJ - compensações prejuízos fiscais (v)		2.466			2.466	3.396	
COFINS - majoração de alíquota (vi)				6.790	6.544	1.112	
Outras contingências de menor valor		7		3.296	904		
	2.211	13.634	43.856	12.297	23.954	53.198	

- (i) Contingência relativa ao ICMS correção monetária do saldo credor. O processo foi encerrado em 2009, e liquidado com créditos de ICMS.
- (ii) Contingência relativa à discussão sobre ICMS transferência de créditos decorrentes de exportação para fornecedores. Os processos se encontram em andamento através de execuções fiscais perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Superior Tribunal de Justiça.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

- (iii) Contingência relativa a débitos de IRPJ programa BEFIEX, decorrentes de suposto aproveitamento indevido de benefício fiscal. O processo foi incluído no parcelamento REFIS 4, e aguarda consolidação.
- (iv) Contingência relativa à discussão sobre a incidência do ICMS exportações indiretas realizadas por terceiros. O processo foi incluído no parcelamento REFIS Estadual (Lei 5.647/2010), para pagamento à vista, mediante compensação com precatórios. Aguardando homologação da compensação.
- (v) Contingência relativa ao IRPJ compensação de prejuízos fiscais, sem quaisquer restrições de quantidade ou temporais, na apuração do lucro real. O processo foi incluído no parcelamento REFIS 4 e aguarda consolidação.
- (vi) Contingência relativa à COFINS majoração da alíquota, levada a efeito pela Lei 9.718/98. . Os processos encontram-se em andamento no âmbito administrativo.

. Não provisionadas

	Controladora				Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
PIS, COFINS e FINSOCIAL - compensações IPI – crédito-prêmio	4.254	4.051 163	1.266 158	4.254	4.051 163	1.266 158	
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via	1.725	1.620	1.490	1.725	1.620	1.490	
tradings (i) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre rendimentos de	229.488	215.700	101.056	229.488	215.700	101.056	
aplicações (ii) ICMS - saídas com alíquota reduzida para não		10.825			10.825		
contribuintes (iii) ISS - serviços tomados de terceiros	2.686	2.523		11.688 2.686	8.668 2.523	5.435	
Ações Trabalhistas Outras contingências de menor valor	4.294	4.181	3.557 3.416	4.294 1.948	3.161 2.579	4.513 6.009	
	242.447	239.063	110.943	256.083	249.290	119.927	

- (i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a discussões sobre o IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via tradings controladas localizadas em centros off-shore, realizadas nos anos de 1999 a 2007, que no entender do fisco caracterizam uma operação simulada. Os processos encontram-se aguardando julgamento dos recursos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (1999, 2000, 2001, 2002 e 2003) e na Delegacia da Receita Federal de Julgamento (2004 a 2007).
- (ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira que, supostamente, não teriam sido tributados. O processo foi incluído no parcelamento REFIS 4 e aguarda consolidação.
- (iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

Outros processos de menor valor, totalizando R\$ 14.907 (R\$ 14.097 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 13.436 em 1º de janeiro de 2009), da controlada, cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

		Consolidado					
	31 de	dezembro de 2010	31 de	dezembro de 2009			
Natureza do ativo	Provável	Possível	Provável	Possível			
Contingente Tributário Previdenciário	41.415 3.050	15.865 1.570	41.775 2.830	37.015 1.450			
	44.465	17.435	44.605	38.465			

(i) Contingências tributárias

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados IPI.
- Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

(ii) Contingências previdenciárias

- · Contribuição ao INCRA;
- Contribuição Social Previdenciária INSS.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

17 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Syncroparts, Trading, Polo Serviços, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2010 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 7.614 (R\$ 5.399 em 2009). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data base de 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

<u>-</u>	Controladora					Consolidado	
-	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Valor presente das obrigações atuariais Valor justo dos ativos do plano Superávit não sujeito a reembolso ou de reducão nas	(141.767) 144.201	(112.497) 129.357	(129.643) 106.830	(141.767) 144.201	(112.497) 129.357	(129.643) 106.830	
contribuições futuras	(2.434)	(16.860)		(2.434)	(16.860)		
-			(22.813)			(22.813)	

Considerando que, de acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras, e consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foram contabilizados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

		Co	<u>ontroladora</u>		Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	
Em 1º de janeiro	16.860	(22.813)	(12.881)	16.860	(22.813)	(12.881)	
Contribuições dos participantes do plano Perdas (ganhos) atuariais Benefícios pagos	6.723 (20.538) (611)	5.399 37.354 (3.080)	5.930 (12.793) (3.069)	6.723 (20.538) (611)	5.399 37.354 (3.080)	5.930 (12.793) (3.069)	
Em 31 de dezembro	2.434	16.860	(22.813)	2.434	16.860	(22.813)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

		c	ontroladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Em 1º de janeiro	129.357	106.830	103.253	129.357	106.830	103.253
Contribuição dos patrocinadores Contribuição dos empregados Benefícios pagos Retorno esperado dos ativos do plano Ativos da MVC retirados do plano Ganhos (perdas) atuariais	6.723 437 (5.128) 13.391 (579)	5.399 476 (4.392) 12.409 (1.474) 10.109	5.930 457 (4.057) 10.856 (9.609)	6.723 437 (5.128) 13.391 (579)	5:399 476 (4:392) 12:409 (1:474) 10:109	5.930 457 (4.057) 10.856 (9.609)
Em 31 de dezembro	144.201	129.357	106.830	144.201	129.357	106.830

A movimentação da obrigação atuarial nos períodos apresentados é a seguinte:

		Controladora				Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Em 1º de janeiro	112.497	129.643	116.134	112.497	129.643	116.134
Ganhos (perdas) atuariais Custo dos serviços correntes Custo financeiro Benefícios pagos Benefícios definidos a pagar à MVC	19.936 2.731 11.731 (5.128)	(26.886) 4.185 11.736 (4.392) (1.789)	3.237 3.818 10.511 (4.057)	19.936 2.731 11.731 (5.128)	(26.886) 4.185 11.736 (4.392) (1.789)	3.237 3.818 10.511 (4.057)
Em 31 de dezembro	141.767	112.497	129.643	141.767	112.497	129.643

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

		Controladora	Consolidado		
	31 de	31 de	31 de	31 de	
	dezembro de	dezembro de	dezembro de	dezembro de	
	2010	2009	2010	2009	
Custo dos serviços correntes	2.731	4.185	2.731	4.185	
Custo financeiro	11.731	11.736	11.731	11.736	
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(13.391)	(12.409)	(13.391)	(12.409)	
Contribuições de empregados	(460)	(432)	(460)	(432)	
Total incluído nos custos de pessoal	611	3.080	611	3.080	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

. Hipóteses econômicas

					P	ercentual a.a
		Co	ntroladora			Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Taxa de desconto Taxa de rendimento esperada	10.03	10.66	9.20	10.03	10.66	9.20
sobre os ativos do plano Aumentos salariais futuros Inflação	11.32 7.37 4.24	10.31 7.12 4.00	11.51 7.12 4.00	11.32 7.37 4.24	10.31 7.12 4.00	11.51 7.12 4.00

. Hipóteses demográficas

					Perc	entual a.a.
		Co	(Consolidado		
	31 de	31 de	1º de	31 de	31 de	1º de
	dezembro	dezembro	janeiro	dezembro	dezembro	novembro
	de 2010	de 2009	de 2009	de 2010	de 2009	de 2009
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 1983	AT 2000	AT 2000	AT 1983
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora				Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo						
Provisão para assistência técnica	23.980	12.942	17.504	26.212	14.239	16.161
Provisão para comissões	12.391	16.502	14.253	15.769	18.371	16.450
Provisão para créditos de liquidação						
duvidosa	6.961	9.887	4.985	39.161	44.245	8.504
Provisão participação nos resultados		19.058	20.242	4.515	20.364	21.311
Plano de pensão			22.813			22.813
Provisão para contingências	2,211	15.874	45.755	17.398	24.939	56.218
Provisão sobre avais com terceiros	1.215	1.805	2.342	1.215	2.194	2.731
Provisão para perdas nos estoques	878	1.081	902	878	2.518	902
Provisões para serviços de terceiros	16.312	12.468	15.423	16.312	16.118	11.246
Apropriação (ganhos) perdas com						
derivativos	(13.644)	(5.228)	32.047	(12.880)	(9.155)	32.703
Ajuste a valor presente	(1.639)	3.306	3.494	(1.639)	3.305	3.501
Outras provisões	(7.353)	(7.565)	(7.580)	13.192	16.847	2.465

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social				7.264	7.650	11.839
Base de cálculo Alíquota nominal - %	41.312 34	80.130 34	172.180 34	127.397 34	161.635 34	206.844 34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.046	27.244	58.541	43.315	54.956	70.327

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

		Controladora				Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
De 13 a 24 meses De 25 a 36 meses Após 36 meses	14.046	19.114 8.130	39.390 19.151	42.755 140 420	31.010 21.519 2.427	40.875 24.030 5.422
	14.046	27.244	58.541	43.315	54.956	70.327

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Conciliação				
Lucro antes do imposto de				
renda e contribuição social	389.420	164.686	441.957	190.773
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
	132.403	55.993	150.265	64.863
Adições e exclusões				
permanentes				
Equivalência patrimonial	(38.476)	(885)	(2.410)	(697)
Incentivo fiscal PDI (*)	(10.858)	(4.591)	(10.858)	(4.591)
Participação dos administradores	(1.768)	(1.888)	(1.768)	(1.888)
Recuperação de IRPJ/CS (**)	(1.708) 4.321	(1.888)	(1.768) 5.473	(1.888)
IR/CS sobre resultados no	4.321	(10.209)	3.4 /3	(10.209)
Exterior	2.967		2.967	
Outras adições (exclusões)	4.783	3.665	(47)	1.272
, , ,	,, ,	0 0	,	,
Adições e exclusões temporárias				
Prejuízos fiscais			2.581	13.711
	93.372	42.005	146.203	62.381
Imposto de renda e contribuição social		<u> </u>	<u> </u>	
Corrente	(80.174)	(10.708)	(134.562)	(47.010)
Diferido	(13.198)	(31.297)	(11.641)	(15.371)
	93.372	42.005	146.203	62.381
	93.3/=	7=.000	170.20	Ü =. J31

^(*) Incentivo - Programa de desenvolvimento industrial

^(**) Impostos sobre provisões tributárias

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Conforme ata de reunião do conselho de administração de 10 de setembro de 2010, foi aprovado aumento do capital social da sociedade em R\$ 250.000, mediante a capitalização de reservas existentes em 31 de dezembro de 2009, com bonificação em ações de 100%.

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 448.450.042 (224.225.021 em 31 de dezembro de 2009) ações nominativas, sendo 170.812.872 ordinárias e 277.637.170 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 156.690.470 (63.797.407 em 31 de dezembro de 2009) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 2.407.866 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 5,8366 (em reais um) por ação. O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 14.054. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 45.228 (R\$ 42.050 em 2009) sendo R\$ 11.202 pagos a partir de 30 de junho de 2010, na razão de R\$ 0,05 para cada ação, R\$ 11.202 pagos a partir de 30 de setembro de 2010, na razão de 0,05 para cada ação, R\$ 11.202 pagos a partir de 31 de dezembro de 2010, na razão de R\$ 0,025 e R\$ 15.210 a serem pagos a partir de 30 de março de 2011, na razão de 0,068 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 15.378 (R\$ 14.297 em 2009), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Marcopolo propôs dividendos por conta do presente exercício, no valor de R\$ 104.814 (R\$ 29.748 em 2009) a serem pagos a partir de 30 de março de 2011, a razão de R\$ 0,2344 por ação representativa do capital social da Companhia, aprovados em 09 de dezembro de 2010, pela Reunião do Conselho de Administração.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro líquido do exercício (anteriormente apresentado) vide nota 31.4	Não aplicável	136.783
Lucro líquido do exercício (conforme CPCs)	296.048	Não aplicável
Reserva legal (5%)	(14.802)	(6.839)
Base de cálculo para dividendos	281.246	129.944
Dividendos propostos pela administração	150.042	71.798
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	70.311	32.486
Dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório	79.731	39.312
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos Valor bruto Imposto de renda na fonte (15%) Imposto de renda na fonte retenção suspensa	45.228 (6.784) 1.720	42.050 (6.307) 1.628
Valor líquido dos juros creditados	40.164	37.371
Dividendos creditados antecipadamente	104.814	29.748
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	144.978	67.119

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2010 como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de resultados a distribuir.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

Natureza do ativo	Valor patrimonial	31/12/10	31/12/09
Estoques e almoxarifados Prédios e conteúdos Veículos	Incêndio e riscos diversos Incêndio e riscos diversos Colisão, responsabilidade civil	202.933 476.314 7.205	299.603 413.486 3.242
		686.452	716.331

22 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2010, avais e/ou fianças no montante de R\$ 16.734 (R\$ 10.751 em 2009) e operações de vendor nas quais participa como interveniente garantidora no valor de R\$ 6.079 (R\$ 13.972 em 2009), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados.

23 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2010, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2010 uma parcela, e o saldo em fevereiro de 2011.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR), datado em 30 de abril de 2010, homologado no sindicato da categoria.

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

		Controladora	Consolidado			
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro		
	de 2010	de 2009	de 2010	de 2009		
Custo dos produtos e serviços vendidos	45.154	13.345	49.893	15.266		
Despesas com vendas	15.634	2.565	15.751	2.624		
Despesas de administração	8.414	1.176	9.422	2.026		
	69.202	17.086	75.066	19.916		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

24 Despesas por natureza

		Controladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	
Matérias-primas e materiais de consumo	1.361.236	973.151	2,150,551	1.472.684	
Remuneração direta	221.275	176.422	349.739	286.940	
Remuneração dos administradores	15.014	15.853	15.014	15.853	
Participação dos empregados nos lucros e resultados	69.202	17.086	75.066	19.916	
Encargos de depreciação, amortização	17.949	16.575	34.479	35.875	
Despesas com previdência privada	7.614	5.935	7.614	5.935	
Outras despesas	93.966	40.002	1.517	51.447	
Custo total das vendas, de distribuição e despesas administrativas	1.786.256	1.245.024	2.633.980	1.888.650	

25 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Receitas financeiras	44.004	26.2=0	= 0.000	00.00=
Juros e variações monetárias recebidos (i)	44.991	26.078	52.233	28.305
Rendas de aplicações financeiras	47.833	23.128	51.899	38.490
Variação cambial (i)	70.064	123.531	70.082	131.826
Ajuste a valor presente de contas a receber	24.105	20.034	34.589	25.347
	186.993	192.771	208.803	223.968
Despesas financeiras				
Ĵuros sobre empréstimos e financiamentos	31.615	28.294	47.806	50.212
Variação cambial (i)	58.862	99.399	58.865	108.119
Despesas bancárias	2.854	6.301	5.527	6.807
Ajuste a valor presente de fornecedores	14.634	6.715	18.440	9.575
	107.965	140.709	130.638	174.713
Resultado financeiro, líquido	79.028	52.062	78.165	49.255

⁽i) Incluem variação cambial e juros incidentes sobre os derivativos, as quais estão detalhadas na Nota 5 (e).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

26 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

		Controladora	Consolidad		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo De operações continuadas De operações descontinuadas	296.048	122.681	295.754	128.392 (3.409)	
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	446.042	447.340	446.042	447.340	
Lucro por ação - operações continuadas Lucro por ação - operações descontinuadas	0,6637	0,2742	0,6631	0,2870 (0,0076)	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	-	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo De operações continuadas De operações descontinuadas	296.048	122.681	295.754	128.392 (3.409)
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares) Aiustes de:	446.042	447.340	446.042	447.340
- Exercício das opções de compra de ações	2.408	742	2.408	742
Lucro por ação - operações continuadas Lucro por ação - operações descontinuadas	0,6602	0,2738	0,6595	0,2865 (0,0076)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

27 Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo. Balanços patrimoniais

		Co	onsolidado	Segmento Industrial			Segmento Financeiro		
	31 de dezembr o de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo									
Circulante Caixa e equivalentes de caixa Ativos financeiros mensurados ao	672.123	498.972	416.077	617.932	465.978	403.352	54.191	32.994	12.725
valor junto através do resultado Instrumentos financeiros	40.424	32.210	14.354	40.424	4.622	83		27.588	14.271
derivativos Créditos	13.668 810.464	5.228 701.260	681.435	13.668 585.424	5.228 502.848	517.285	225.040	198.412	164.150
Estoques Outras contas a receber	311.448 142.382	237.403 141.290	303.021 236.623	311.448 129.583	237.403 133.748	303.021 229.809	12.799	7.542	6.814
	1.990.509	1.616.363	1.651.510	1.698.479	1.349.827	1.453.550	292.030	266.536	197.960
Não circulante Créditos Outras contas a receber Investimentos	425.700 199.517 22.272	398.943 85.309 20.114	329.721 87.482 18.399	1.222 183.073 22.272	1,217 77,382 20,114	6.694 87.482 18.399	424.478 16.444	397.726 7.927	323.027
Imobilizado Intangível	318.761 72.842	282.278 71.887	259.487 73.203	318.431 72.455	281.933 71.591	259.159 73.161	330 387	345 296	328 42
intangivei									
	1.039.092	858.531	768.292	<u>597.453</u>	452.237	444.895	441.639	406.294	323.397
Total do ativo	3.029.601	2.474.894	2.419.802	2.295.932	1.802.064	1.898.445	733.669	672.830	521.357
Passivo Circulante Fornecedores	306.901	204.920	187,517	306.901	204.920	187.517			
Empréstimos e financiamentos	267.412	372.898	582.506			461.283	165.615	166.947	121.223
Instrumentos financeiros		0,	0 0	101.797	205.951		105.015	100.94/	121.223
derivativos Outras contas a pagar	788 <u>373.635</u>	6.906 257.256	39.473 296.581	788 352.936	6.906 242.632	39.473 281.516	20.699	14.624	15.065
	948.736	841.980	1.106.077	762.422	660.409	969.789	186.314	181.571	136.288
Não circulante									
Instituições financeiras Outras contas a pagar	1.094.439 23.036	866.156 28.085	548.156 80.542	689.087 20.771	494.037 28.06 <u>5</u>	260.460 80.539	405.352 2.265	372.119 20	287.696 3
	1.117.475	894.241	628.698	709.858	522.102	340.999	407.617	372.139	287.699
Participação de acionistas não controladores	7.496	8.815	11.809	7.496	8.815	11.809			
Patrimônio líquido	955.894	729.858	673.218	816.156	610.738	575.848	139.738	119.120	97.370
Total do passivo	3.029.601	2.474.894	2.419.802	2.295.932	1.802.064	1.898.445	733.669	672.830	521.357

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

- .	~	1		1	
Demonstra	COAC	dΔ	PACII	ltar	ın
Demonstra	LUULS	uc	TCSU.	uac	w

Demonstrações de resultado	Consolidado		Segment	o Industrial	Segmento Financeiro	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Demonstrativo de resultado						
Receita líquida	2.964.499	2.023.819	2.896.568	1.974.629	67.931	49.190
Custo dos produtos vendidos	(2.333.156)	(1.639.100)	(2.333.156)	(1.639.100)		
Lucro bruto	631.343	384.719	563.412	335.529	67.931	49.190
Despesas (receitas) operacionais						
Com vendas	(162.650)	(148.512)	(156.032)	(123.047)	(6.618)	(25.465)
Honorários dos administradores	(15.014)	(15.853)	(15.014)	(15.853)		
Despesas de administração	(123.160)	(85.185)	(108.737)	(77.704)	(14.423)	(7.481)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	26.189	4.299	29.366	3.916	(3.177)	383
Resultado da equivalência patrimonial	7.084	2.050	7.084	2.050		
Lucro operacional antes das participações societária e do						
resultado financeiro	363.792	141.518	320.079	124.891	43.713	16.627
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	208.803	223.968	208.708	223.038	95	930
Despesas financeiras	(130.638)	(174.713)	(130.638)	(174.713)		
Lucro antes do IR e CS e das participações estatais	441.957	190.773	398.149	173.216	43.808	17.557
Imposto renda e contribuição social	(146.203)	(62.381)	(128.157)	(55.383)	(18.046)	(6.998)
Lucro líquido das operações descontinuadas		(3.409)		(3.409)		
Lucro líquido do exercício	295.754	124.983	269.992	114.424	25.762	10.559

28 Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Resultado do período	295.754	124.983	269.992	114.424	25.762	10.559
Ajustes conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	34.479	35.875	34.319	35.760	160	115
Perda na venda de ativos permanentes	12.417	31.112	12.417	31.112	100	0
Equivalência patrimonial	(7.084)	(2.050)	(7.084)	(2.050)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.325	15.695	3.413	7.012	(88)	8.683
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.641	15.371	11.710	15.371	(69)	_
Juros e variações apropriados	33.177	1.032	122	(29.608)	33.055	30.640
Participações não controladores	(784)	28	(784)	28		
Variação nos ativos e passivos						
(Aumento)redução contas a receber de clientes	(140.160)	(141.016)	(86.868)	(23.372)	(53.292)	(117.644)
(Aumento)redução nos estoques	(75.610)	47.978	(75.610)	47.978		
(Aumento)redução outras contas a receber	1.208	87.905	14.913	89.115	(13.705)	(1.210 <u>)</u>
(Aumento)redução títulos e valores mobiliários	(144.750)	(23.084)	(172.338)	(22.698)	27.588	(386 <u>)</u>
Aumento (redução) fornecedores	100.052	53.261	100.052	53.261		
Aumento (redução) contas a pagar e provisões	134.920	(77.194)	123.851	(41.937)	11.069	(35.257)
Caixa líquido proveniente das atividades	-0-0-					(
operacionais	258.585	169.896	228.105	274.396	30.480	(104.500 <u>)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos				(25.000)		25.000
Dividendos de subsidiárias	2.247	326	7.390	14.326	(5.143)	(14.000)
Compras do permanente	(83.010)	(100.801)	(82.774)	(100.792)	(236)	(9)
Recebimento na venda ativo imobilizado	(720)	(13.143)	(720)	(13.143)		
Caixa liquido usado nas atividades de	(0 0)	((0)				
investimentos	(81.483)	(113.618)	(76.104)	(124.609)	(5.379)	10.991

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Partes relacionadas	12	(249)	255	(249)	(243)	
Ganho na alienação de ações em tesouraria	(10.923)	2.117	(10.923)	2.117		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(73.069)	(78.919)	(70.562)	(78.919)	(2.507)	
Captação de empréstimos e financiamentos	595.504	717.879	418.159	493.995	177.345	223.884
Pagamento de empréstimos e juros	(513.585)	(609.497)	(335.086)	(485.120)	(178.499)	(124.377)
Caixa líquido usado nas atividades de						
financiamentos	(2.061)	31.331	1.843	(68.176)	(3.904)	99.507
Aumento (redução) líquido de caixa e						
equivalentes de caixa	173.151	82.895	151.954	76.897	21.197	5.998
Variação cambial s/caixa e equivalentes de caixa	(1.890)	(4.714)	(1.890)	(4.714)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	498.972	416.077	465.978	389.081	32.994	26.996
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	672.123	498.972	617.932	465.978	54.191	32.994

29 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Vendas brutas de produtos e serviços Impostos sobre vendas e devoluções	3.635.800 (671.301)	2.502.041 (478.222)
Receita líquida	2.964.499	2.023.819

30 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

		<u>Consolidado</u>
Receita líquida por região geográfica	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Brasil	2.436.300	1.559.999
África	187.144	87.028
Argentina	47.500	31.728
China	15.021	417
Colômbia	60.883	51.504
Emirados Árabes	749	2.227
Ilhas Virgens	-	71.839
Índia	95.293	46.121
México	99.379	140.484
Portugal	143	18.073
Uruguai	5.151	14.399
Egito	16.936	
	2.964.499	2.023.819

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

			Consolidado
Ativos imobilizado, ágio e intangível por região geográfica	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Brasil	276.893	268.745	230.502
África	18.068	17.895	11.379
Argentina	5.683	4.780	6.700
China	610	551	688
Colômbia	13.243	15.568	20.946
Egito	24.346		
Emirados Árabes		2	5
Índia	46.242	36.773	37.777
Ilhas Virgens	6	8	14
México	6.388	9.127	17.534
Portugal	85	675	1.665
Rússia	2		5.413
Uruguai	37	41	67
	391.603	354.165	332.690

31 Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez

31.1 Base de transição

31.1.1 Aplicação do IFRS 1

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com o IFRS, as quais apresentaram o balanço patrimonial de abertura segundo IFRS na data de transição em 1º de janeiro de 2008.

31.1.2 Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Marcopolo aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Marcopolo aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

31.1.3 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Marcopolo

Tendo em vista a adoção do IFRS a partir de 1º de janeiro de 2008, conforme previsto pelo CPC 43, a Marcopolo optou por uniformizar suas práticas contábeis da controladora com aquelas que já vinham sendo utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Desta forma, a Marcopolo passa, em suas demonstrações financeiras da controladora, a adotar as mesmas isenções do IFRS 1, empregadas em suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as quais relacionamos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

31.2 Isenções opcionais adotadas pela Companhia ao tratamento retrospectivo das normas

- (i) Isenção para combinação de negócios: a Companhia optou por não remensurar as aquisições de negócios ocorridas antes da data de transição para IFRS de acordo com o IFRS 3; portanto, os ágios oriundos de aquisições anteriores a esta data foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados em 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Para as aquisições de negócios posteriores a 1º de janeiro de 2008 foram consideradas as normas do IFRS 3 na preparação da reconciliação de patrimônio líquido e resultado.
- (ii) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição como valor de imobilizado, corrigido monetariamente de acordo com o estabelecido no IAS 21 e IAS 29.
- (iii) Isenção para mensuração dos benefícios a empregados: a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios a empregados na data de transição do IFRS contra lucros acumulados. A partir desta data, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais no resultado do exercício abrangente quando incorridos.
- (iv) Isenção para apresentação dos ajustes acumulados de conversão cambial: a Companhia optou por apresentar os efeitos acumulados na data de transição para IFRS, decorrentes de conversão de demonstrações financeiras de controladas e investidas com moeda funcional diferente dos reais (moeda de apresentação do relatório da Companhia), como lucros acumulados no balanço de abertura. A partir da data de transição do IFRS, a Companhia reconheceu os ajustes de conversão diretamente em conta específica do patrimônio líquido.
- (v) Isenção relativa à mensuração dos instrumentos financeiros compostos: a Companhia não possui instrumentos financeiros compostos na data de transição do IFRS ou em datas anteriores que possam ter um efeito na data de transição.
- (vi) Isenção relativa ao reconhecimento de participação em controladas, empresas com controle compartilhado e coligadas: as controladas, empresas com controle compartilhado e coligadas da Companhia, na data de transição, não apresentaram demonstrações financeiras em IFRS; desta forma a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para IFRS, para todas as suas controladas, *joint ventures* e coligadas.
- (vii) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros: a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com IAS 32 e IAS 39 na data de transição do IFRS. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS.

Exceções obrigatórias adotadas pela Companhia ao tratamento retrospectivo das normas:

Não foram identificados impactos nas informações financeiras consolidadas da Companhia em decorrência da aplicação das exceções obrigatórias previstas no IFRS 1.

31.3 Descrição da transição para o IFRS

As informações financeiras consolidadas em IFRS, foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras societárias da Companhia, preparadas segundo CPCs.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Refazimento das demonstrações financeiras da Controladora pela adoção dos CPCs pela 31.4 primeira vez e reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre CPCs (Controladora) e IFRS (Consolidado)

Conforme permitido pelo CPC 43, a administração da Marcopolo optou por reapresentar cifras comparativas da Controladora, com vistas a uniformizar as práticas contábeis com aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras consolidado em IFRS. Essas mudanças de práticas afetaram o patrimônio liquido da controladora em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstrado a seguir:

			Controladora
	Patri 31 de	Resultado do exercício 31 de	
Refazimento das demonstrações financeiras da Controladora pela adoção dos CPCs pela primeira vez	dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	dezembro de 2009
Saldo originalmente apresentado	729.070	688.296	136.783
- Ajuste de lucros auferidos pela Controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	(5.027)	(4.787)	(240)
- Benefícios a empregados	8.059	(12.240)	
- Reversão de amortização de ágio	9.634	9.634	
- Ajuste de alocação de preço de compra - Benefício fiscal sobre o juros sobre capital próprio	(739)	(1.397)	658 (14.297)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.764)	1.361	(223)
Saldos da Controladora (CPCs)	735.233	680.86 <u>7</u>	122.681

Reconciliação do patrimônio Líquido e do resultado do período entre os CPCs (Controladora) e os IFRS (Consolidado) está apresentado a seguir:

(Consolidado)		Patrimôr	io Líquido	Resultado do exercício	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldos da Controladora (CPCs)	960.779	735-233	680.867	296.048	122.681
- Reversão do ativo diferido em controlada (apresentado no saldo do investimento)	(7.402)	(8.144)	(11.590)	742	3.446
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.517	2.769	3.941	(252)	(1.172)

Consolidado - Atribuível aos acionistas da Marcopolo 955.894 729.858 673.218 296.538 124.455 Participação dos não controladores 8.815 11.809 (784)7.496 Consolidado 963.390 738.673 685.027 124.983

295.754

Eventos Subsequentes 32

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre CPCs (Controladora) e IFRS

A Marcopolo exerceu a opção de aquisição de mais 10% do capital social da empresa Loma Hermosa S/A em 28 de janeiro de 2011, onde detinha até então 40% do capital social, passando a 50% do capital social da mesma.